



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO DE LISBOA	
CORREIO DA MANHÃ		CAPITAL	
DIA	27.DEZ.1979	TARDE	
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

Finalmente terminou o apuramento

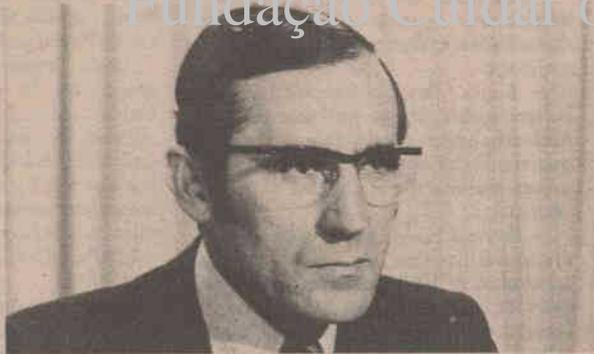
Resultados definitivos das eleições publicados hoje com data de 24

Fundação Cuidar o Futuro

Entre duas "pontes", quando passou o Natal e se prepararam já as passagens de ano, algumas novidades marcaram estes dias em que o País esteve "parado". Assim, enquanto se concluiu finalmente o apuramento dos resultados definitivos das eleições legislativas, e se anuncia para hoje a distribuição do "Diário da República" com o mapa respectivo, também foi revelado à Anop por uma fonte oficial que a nova Assembleia da República se reunirá pela primeira vez no dia 3 de Janeiro, ou seja, de quinta-feira a oito dias.

O regresso das Festas foi, portanto, devidamente assinalado nos círculos oficiais, círculos oficiais que ainda tiveram tempo para redigir uma nota oficiosa. Com origem no gabinete do primeiro-ministro, o documento divulgado na segunda-feira pretendia responder a "alguns dirigentes políticos e órgãos de Informação", corrigindo o que se classificava de "deficientes considerações acerca do relacionamento do Ministério da Administração Interna com os resultados definitivos das eleições intercalares".

Já ultrapassada neste momento, a referida nota oficiosa justificava então o inexplicável atraso que marcou o apuramento dos



Eanes: firme, aguarda Aliança Democrática

resultados hoje publicados no "Diário da República" com a data de 24 de Dezembro, e como suplemento desse dia. Quanto a esses resultados foi, entretanto, distribuído um outro comunicado pela Comissão Nacional de Eleições.

Ai se explica, em primeiro lugar, que "após ter sido habitada com as actas referentes à totalidade dos círculos eleitorais" a CNE enviou para publicação na folha oficial aqueles resultados, referindo depois que "genérica e percentualmente se verificou uma afluência às urnas da ordem dos 82, 86 por cento com 0,71 por cento de votos brancos e 2,01 por cento de votos nulos".

A seguir, enumera-se a distribuição dos 250 mandatos pelas forças políticas concorrentes, e que foi a

seguinte, segundo a CNE: AD — 121; APU — 47; OCMLP — 0; PCTP/MRPP — 0; PDC — 0; POUS — 0; PS — 74; PSR — 0; UDP — 1; UEDS — 0; CDS — 0; PSD — 7. No entanto, o governo ainda ficará em funções até à nomeação do novo Executivo, o qual como já se sabe será chefiado por Francisco Sá Carneiro.

No que diz respeito à nova Assembleia da República, para além de se apontar a data de 3 de Janeiro para a sua primeira reunião, soube-se que o ex-presidente do Parlamento, o socialista Teófilo Carvalho dos Santos terá hoje um encontro com representantes dos partidos políticos para se decidir quem vai presidir a esse plenário. No dia 3 será então eleito, provisória ou definitivamente, a nova presidência.



PINTASSILGO: E depois do adeus?

Segundo o Regimento, a Assembleia reunirá das 15 às 20 horas, e a sua primeira tarefa será a discussão e votação do Programa do VI Governo Constitucional. A apresentação desse documento — que se diz nos meios próximos da Aliança Democrática ser muito curto — tem que ser feito no prazo máximo de dez dias a seguir à nomeação do Executivo pelo general Ramalho Eanes. Admite-se, contudo, que em todas as fases formais do processo se procurem cumprir, sim, os prazos mínimos.

NOVOS GOVERNADORES CIVIS?

Além dos nomes indicados como estando garantidos no

Executivo a formar, começam também a apontar-se algumas mudanças a nível de governadores civis. É o caso, pelo menos, do distrito de Faro, em que José Vitorino, do PSD, substituiria Almeida Carrapato, do PS. De acordo com declarações que o primeiro fez à Anop, a substituição "tem a ver muito especialmente como o que vier a ser entendido pela AD quanto à melhor forma de servir os interesses da região e do País".

Afirmando que não tem "qualquer empenho pessoal" em assumir essas funções, o presidente da comissão distrital de Faro do PSD asseverou, por outro lado, que o governo da AD "não perseguirá ninguém e ninguém será excluído do seu posto de trabalho por ser desta ou daquela cor política".